CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1270/87

Reautuado em 25.04.89

INTERESSADA : Universidade Estadual de Campinas

ASSUNTO : Registro de diploma de João Batista Marin

RELATOR : Cons° Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá

PARECER CEE N° 696/89

APROVADO EM 28.6.89

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

Em junho de 1987, a Secretária Geral da UNICAMP oficiou a Presidência do CEE no sentido de verificar a frequência de João Batista Marin, licenciado em Ciências pela Faculdade de filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, em 1984.

O motivo do pedido se deveu à concomitância de horários detectada pelo Serviço de Registro de Diplomas daquela Universidade.

O interessado cursou Ciências Jurídicas e Sociais (de 1983 a 1986) na Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, no período noturno. E, segundo consta no mesmo período (1983 e 1º semestre de 1984) cursava, Ciências na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo.

O Processo foi desarquivado tendo em vista o envio do Parecer CEE n° 228/89, que se originou no encaminhamento pela Delegacia Regional do MEC ao CFE do problema em pauta.

Do referido Parecer consta:

1. o Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo não atende ao disposto na Resolução CFE 04/06, que estabelece o mínimo de 75% como frequência obrigatória nos cursos superiores;

2. assinaturas do aluno nas listas de frequência da outra instituição, ou seja, da Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, são diferentes, aonde se percebe que outras pessoas assinaram pelo aluno, caracterizando-se desta forma, a má fé do interessado;

3. conclusão no sentido de ser instaurado inquérito nos dois estabelecimentos de ensino, para apuração das irregularidades a que a informação da CAJ (Assessoria Jurídica) alude, assim como de quaisquer outras nele ocorridas.

2. APRECIÇÃO:

Com relação à frequência do acadêmico João Batista Marin, junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, a Assit. Técnica, por ocasião da consulta da UNICAMP, inspecionou a referida Instituição, que gerou a Informação AT 607/87 da qual destacamos;

“Podemos constatar, através de pesquisa nos diários de classe dos referidos semestres cursados pelo aluno neste período, que o seu nome consta regularmente dos mesmos, tendo frequentado regularmente as aulas e realizado as avaliações na forma que se encontra expressa no Regimento da Faculdade. Encontram-se anexadas cópias xerográficas dos diários de classe e do histórico escolar do referido aluno. Informamos também que de acordo com os horários de aula e de declaração expressa do Sr. Diretor da Faculdade, o período de funcionamento do referido curso é noturno.”

No que diz respeito à instauração de Inquérito administrativo, o Conselho Federal de Educação baseou-se na Lei 5.540/68 que no artigo 48 estabelece:

“O Conselho Federal de Educação, após Inquérito administrativo, poderá suspender o funcionamento de qualquer estabelecimento isolado de ensino superior ou a autonomia de qualquer universidade, por motivo de infringência da legislação do ensino ou de preceito estatutário ou regimental, designando-se Diretor ou Reitor “pro-tempore”. (grifo nosso)

A nosso ver, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo não houve Infringência da legislação do ensino, quer seja pela regularidade da vida escolar do acadêmico João Batista Marin, quer seja no atendimento à Resolução CFE nº 04/86.

Cabe destacar que a Resolução CFE 04/86 entrou em vigor em setembro de 1986, não atingindo portanto a situação escolar ora em pauta, pois o acadêmico João Batista Marin frequentou o Curso de Ciências nos anos de 1982, 1983 e 1984.

Os artigos do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, citados no Parecer CFE 228/89, não espelham a realidade, pois o Conselho Estadual de Educação, através da Deliberação CEE 17/86, adotou para o sistema estadual da ensino os termos da Resolução CFE 04/86.

Os artigos referidos têm, atualmente, a seguinte redação, dada pelo Parecer CEE 1619/87:

"Art. 109 - A frequência mínima para efeito da aprovação por disciplina ou para o aluno submeter-se a exames em 1ª época, é de 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas registradas nos diários de classe e no livro do ponto".

"Art. 110 - O aluno que não tiver frequência de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do total de aulas registradas por disciplina, estará reprovado, independentemente da média obtida no conjunto de notas de trabalhos e provas, sendo-lhes vedada a realização de exames finais e de 2ª época."

Em consideração aos princípios do contraditório e da ampla defesa, entendemos de boa alvitre fosse baixado o Processado em diligência para que a Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, embora não jurisdicionada a este CEE, pudesse também se manifestar a respeito da matéria em questão, desde que lhe conviesse.

Nesse ínterim, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo apresentou, por sua própria iniciativa, ofício e documento, juntados às fls 252/257, onde procura demonstrar seu inconformismo em fase do Parecer nº 228/89 do Colendo CFE e suas razões de defesa legal e moral.

Por sua vez a Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, atendendo à diligência solicitada por este Relator, fez juntar às fls. 258 a 305 farta e exaustiva documentação com argumentos sólidos demonstrativos da lisura de seu procedimento em seus 23(vinte e três) anos de atividades e especialmente neste episódio.

Assim, provou que tão logo tomou conhecimento dos fatos por uma publicação no D.O.U. - Proc. Nº 23001/000754/88-98 MEC, adotou as medidas cabíveis, constituindo uma Comissão de Sindicância para apurar quaisquer irregularidades, relativas a concomitância de frequência do aluno João Batista Marin, que teria cursado a Faculdade de Direito de São João da Boa Vista e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo em 1983 e 1º semestre de 1984.

Anexou cópia do Processo de Sindicância no qual consta "Declaração" do aluno envolvido confessando expressamente sua participação no episódio e isentando de qualquer envolvimento a faculdade de Direito de São João da Boa Vista (doc. de fls.267/258).

À vista da análise e exame dos documentos carreados aos autos da Sindicância, bem como de testemunhos de professores concluiu pela "Anulação das Frequências irregulares e Cassação da Colação de Grau e conseqüentemente do "Diploma", o que foi acatado pelo Diretor da Faculdade, às fls. 273, nos seguintes termos:

"Despacho

1 - Aprovo as conclusões da Comissão especial de Sindicância, Instituída pela Portaria nº 01/89, determinando às seguintes providências, em caráter de Urgência urgentíssima:

a) perda de frequência e anulação dos créditos de João Batista Marin, por ter, irregularmente cursado, concomitantemente, esta Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, em 1983 e 1º semestre de 1984;

b) conseqüentemente e pela mesma razão, ficam sem efeito a "Colação de Grau" e o "Diploma" concedidos ao referido Sr. João Batista Marin.

c) dê-se conhecimento dessa decisão ao Colendo CFE, postulando o arquivamento do Prucesso que ali tramita sobre o mesmo assunto, por perda de finalidade e economia processual;

d) louve-se a presteza da Comissão em suas Diligências onde se pode constatar:

d1) rigor do Sistema Implantado na Faculdade de Direito de São João da Boa Vista e demais órgãos da Fundação

“Octávio Bastos”, no que se refere a presença.

d2) tratar o presente “caso” de situação isolada, de exclusiva responsabilidade do Sindicato, devidamente apensado,

d3) não-existência de qualquer vislumbre de ter havido cumplicidade de quaisquer servidores, fiscais ou bedéis no lamentável episódio, exemplarmente apurado.

2) Cumpra-se.”

Portanto, provado ficou pela sindicância procedida que a matéria foi satisfatoriamente resolvida perdendo, conseqüentemente, seu objeto, pelo que é de se deferir o solicitado por ambas as faculdades interessadas, no sentido do arquivamento do feito, matéria de competência do Conselho Federal de Educação, em revisão ao parecer n° 228/89, se em seu duto critério assim julgar pertinente.

3. CONCLUSÃO:

Remeta-se o Processo ao Colendo Conselho Federal de Educação dando-se ciência dos termos do presente Parecer a Universidade Estadual de Campinas e à Delegacia Regional do Ministério de Educação e Cultura, neste Estado.

São Paulo, 07 de junho de 1989

a) Cons° Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá

Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 28 de junho de 1989.

a) Cons^o Jorge Nagle
Presidente